



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Mobilidade
Subsecretaria de Parcerias e Concessões

Despacho - SEMOB/SUPAR

Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2021.

À Assessoria Administrativa da SEMOB,

Em atenção ao Despacho - SEMOB/GAB/ASSAD (56053305), informamos que a esta Subsecretaria de Parcerias e Concessões (SUPAR) nunca foi atribuída nenhuma competência relacionada ao assunto em pauta, ao qual o Parecer SEI-GDF nº 19/2021-SEMOB/GAB/AJL (55577180) reporta tratar-se de assunto complexo. Da mesma forma, nenhum dos servidores que hoje compõem a estrutura administrativa da SUPAR em algum momento exerceu atividade ou praticou ato administrativo relacionados ao assunto em questão.

Dessa forma, restituímos o presente processo para a devida correção de fluxo.

Atenciosamente,

HENRIQUE OLIVEIRA MENDES

Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE OLIVEIRA MENDES - Matr.0275262-X, Subsecretário(a) de Parcerias e Concessões**, em 18/02/2021, às 18:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **56267000** código CRC= **9A1FCFBC**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívica Administrativa - CEP 70075-900 - DF

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 56267000



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Assessoria Administrativa

Despacho - SEMOB/GAB/ASSAD

Brasília-DF, 19 de fevereiro de 2021.

PRIORIDADE

PRAZO: 19/03/2021

Considerando o recebimento do Ofício nº 763/2021-GP (56291837), do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, relativo ao Processo TCDF nº 7.332/2012-e, que cuida de auditoria de regularidade de exame da sistemática de arrecadação e o seu correspondente registro contábil, bem como dos procedimentos de identificação e recuperação de créditos tributários e dos controles atinentes à renúncia de receita, o qual encaminhou o Despacho Singular nº 76/2021-GCRR (56291817), que decidiu:

I - Conceder à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB a **prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias**, a contar da ciência desta Decisão, para o cabal atendimento da Decisão nº 7.736/2020;

Encaminhe-se o processo em referência:

À Unidade de Controle Interno - SEMOB/GAB/UCI,

Para conhecimento e análise acerca do posicionamento da Subsecretaria de Parcerias e Concessões - SUPAR no Despacho - SEMOB/SUPAR (56267000), em atenção à Nota Técnica N.º 5/2021 - SEMOB/GAB/UCI (55961196), bem como atenção à prorrogação de prazo concedida pelo TCDF no Despacho Singular nº 76/2021-GCRR (56291817).

À Comissão Permanente Disciplinar e Responsabilização de Fornecedores - SEMOB/GAB/COPED,

Para manifestação acerca da solicitação do Despacho - SEMOB/GAB/ASSAD (55768992), bem como atenção à prorrogação de prazo concedida pelo TCDF no Despacho Singular nº 76/2021-GCRR (56291817).

À Subsecretaria de Administração Geral - SUAG,

Para manifestação acerca da solicitação do Despacho - SEMOB/GAB/ASSAD (55768992), bem como atenção à prorrogação de prazo concedida pelo TCDF no Despacho Singular nº 76/2021-GCRR (56291817).

Ressaltamos a todas as unidades administrativas que, conforme os termos do Despacho Singular nº 76/2021-GCRR (56291817), é necessário que esta SEMOB apresente manifestação **até o dia 19/03/2021**.

Atenciosamente,

AMANDA SANCHES LIMA

Chefe da Assessoria Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA SANCHES LIMA - Matr.0278578-1, Chefe da Assessoria Administrativa**, em 21/02/2021, às 12:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **56314468** código CRC= **BBD27DB6**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívica Administrativa - CEP 70075-900 - DF

(61) 3313-5944

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 56314468



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SEMOB/SUAG

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2021.

À

Coordenação de Gestão de Pessoas, Orçamento e Finanças - CGPOF

Senhor Coordenador,

Em atenção ao Despacho - SEMOB/GAB/ASSAD (56314468), reiteramos o Despacho - SEMOB/SUAG (55789790), o qual solicita *adoção de providências cabíveis com relação aos itens 02; 06; e 07 do rol de recomendações contido no Parecer SEI-GDF n.º 19/2021 - SEMOB/GAB/AJL (55577180).*

Solicitamos que a resposta seja encaminhada **até o dia 26/02/2021 ou o quanto antes.**

WALLACE MOREIRA BASTOS

Subsecretário de Administração Geral



Documento assinado eletronicamente por **WALLACE MOREIRA BASTOS - Matr.0275870-9, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 23/02/2021, às 17:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **56538975** código CRC= **C4700FF3**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

613313-5998

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 56538975



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Coordenação de Gestão de Pessoas, Orçamento e Finanças

Despacho - SEMOB/SUAG/CGPOF

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2021.

À SUAG,

À DIGEP, para conhecimento,

O p.p foi recepcionado neste setorial, conforme SEI-55789790 e SEI-56538975, transcritos abaixo, para:

"Em atenção ao Despacho - SEMOB/GAB/ASSAD (55768992), que versa sobre às Decisões Nº 3.736/2020 e 4.091/2019 (47089935 e 32535350), proferidas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, encaminhamos os autos para adoção de providências cabíveis com relação aos itens 02; 06; e 07 do rol de recomendações contido no Parecer SEI-GDF n.º 19/2021 - SEMOB/GAB/AJL (55577180).

Solicitamos que a resposta seja encaminhada **impreterivelmente até o dia 18/02/2021 ou o quanto antes.**"

"Senhor Coordenador,

Em atenção ao Despacho - SEMOB/GAB/ASSAD (56314468), reiteramos o Despacho - SEMOB/SUAG (55789790), o qual solicita *adoção de providências cabíveis com relação aos itens 02; 06; e 07 do rol de recomendações contido no Parecer SEI-GDF n.º 19/2021 - SEMOB/GAB/AJL (55577180).*

Solicitamos que a resposta seja encaminhada **até o dia 26/02/2021 ou o quanto antes.**"

Abaixo reproduzimos o que consta nos aos itens 02; 06; e 07 do rol de recomendações contido no Parecer SEI-GDF n.º 19/2021 - SEMOB/GAB/AJL (55577180).

"02- fornecimento de resposta mais completa à Corte de Contas no tocante aos registros financeiros não apenas em nome das cessionárias, mas também em nome das cedentes no período posterior à cessão;"

Considerando o exposto, informamos:

Para verificação da informação sobre pagamentos ou registros contábeis ocorridos no SIGGo, referente ao item 02, faz-se necessário a identificação credor (CPF ou CNPJ) e período.

Com relação ao item 6, o p.p foi encaminhado à DIGEP para manifestação.

No tocante ao item 07, informamos que este setorial NÃO detém as atribuições de gestão junto ao BRB.

Atenciosamente,

Simone Miriam Moraes de Souza
Gerente de Execução Financeira-Substituta

Larissa Campos Costa
Diretora de Orçamento e Finanças

De acordo.

JAILSON SANTANA DE JESUS

Coordenação de Gestão de Pessoas, Orçamento e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA CAMPOS COSTA - Matr.0276063-0, Diretor(a) de Orçamento e Finanças**, em 24/02/2021, às 17:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE MIRIAM MORAIS DE SOUZA - Matr.0263911-4, Gerente de Execução Financeira-Substituto(a)**, em 24/02/2021, às 17:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JAILSON SANTANA DE JESUS - Matr.0275148-8, Coordenador(a) de Gestão de Pessoas, Orçamento e Finanças**, em 24/02/2021, às 18:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **56563252** código CRC= **469DBE95**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 56563252



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Coordenação de Gestão de Pessoas, Orçamento e Finanças

Despacho - SEMOB/SUAG/CGPOF

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2021.

À DIGEP

Considerando o despacho desta DIGEP no SEI-56013389 e o despacho SEI -56538975, encaminhamos o p.p para análise e providências.

JAILSON SANTANA DE JESUS

Coordenação de Gestão de Pessoas, Orçamento e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **JAILSON SANTANA DE JESUS - Matr.0275148-8, Coordenador(a) de Gestão de Pessoas, Orçamento e Finanças**, em 23/02/2021, às 19:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **56563367** código CRC= **CBC3CD54**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 56563367



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Coordenação de Gestão de Pessoas, Orçamento e Finanças

Diretoria de Gestão de Pessoal

Despacho - SEMOB/SUAG/CGPOF/DIGEP

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2021.

À CGPOF,

Em atenção ao despacho 56563367 e ao item 6 do Parecer SEI-GDF n.º 19/2021 - SEMOB/GAB/AJL (55577180), que tem pertinência com esta DIGEP - **envio do nome dos cargos e a lista dos seus ocupantes responsáveis pela não inibição da prática irregular das delegatárias e também (se for o caso) envio da lista dos ocupantes dos cargos responsáveis pelos registros financeiros exigíveis e eventualmente inexistentes**, reiteramos a necessidade de esclarecimentos já anteriormente descritos no despacho 56013389:

1 - Quais cargos no âmbito da DFTRANS e/ou SEMOB possuíam a incumbência de inibir a prática das irregularidades por parte das delegatárias do STPC/DF, em face da Concorrência nº 01/2011-ST, bem como por qual período deve-se ser feito o levantamento de seus ocupantes?

2 - Quais cargos no âmbito da DFTRANS e/ou SEMOB possuíam a competência para possuir os registros financeiros em nome das cessionárias, bem como em nome das cedentes no período posterior à cessão oriunda da Concorrência nº 01/2011-ST?

Ressaltamos que tais parâmetros são vitais para o correto levantamento da lista dos respectivos ocupantes destes cargos, destacando que não possuímos uma definição técnica dos cargos e competências eventualmente envolvidas na citada Concorrência nº 01/2011-ST.

Atenciosamente,

CHRISTIANE ANDRÉA DE MELO LEITE CALDAS

Diretora de Gestão de Pessoal



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANE ANDRÉA DE MELO LEITE CALDAS - Matr.0156904-X, Diretor(a) de Gestão de Pessoal**, em 24/02/2021, às 17:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **56582387** código CRC= **ED91DF6A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 56582387



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Coordenação de Gestão de Pessoas, Orçamento e Finanças

Despacho - SEMOB/SUAG/CGPOF

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2021.

À SUAG,

Encaminhamos para conhecimento e providências os despachos SEI-56582387 e 56563252.

JAILSON SANTANA DE JESUS

Coordenação de Gestão de Pessoas, Orçamento e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **JAILSON SANTANA DE JESUS - Matr.0275148-8, Coordenador(a) de Gestão de Pessoas, Orçamento e Finanças**, em 24/02/2021, às 18:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **56649687** código CRC= **E859D258**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívica Administrativa - CEP 70075-900 - DF

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 56649687



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Comissão Permanente Disciplinar e Responsabilização de Fornecedores

Despacho - SEMOB/GAB/COPED

Brasília-DF, 11 de março de 2021.

Ao analista Daniel dos Santos Freitas,

Para análise dos autos, em especial, verificar a regularidade da minuta de Portaria n. 39, de 09/02/2021, no que pertine a necessidade de retificação face a erro material quanto o objeto de apuração. Ainda, averigüe-se a necessidade de diligências na COPED visto que a CGDF informa não ter havido análise dos autos, no que pertine a instauração de procedimentos investigativo, face o processo de origem nunca ter sido enviado a Pasta de Controle(0090-0003554/2014).

Atenciosamente.

Brasília, 11 de março de 2021.

MAURÍCIO WAGNER ALVES DE SÁ

Presidente da Comissão Permanente Disciplinar

e de Responsabilização de Fornecedores

Mat. 092236-6



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO WAGNER ALVES DE SA - Matr.092236-6, Presidente da Comissão Permanente Disciplinar e de Responsabilização de Fornecedores**, em 11/03/2021, às 11:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **57690254** código CRC= **B5A5E370**.

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 57690254



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Comissão Permanente Disciplinar e Responsabilização de Fornecedores

Despacho - SEMOB/GAB/COPED

Brasília-DF, 11 de março de 2021.

Ao Presidente da COPED.

Sr. Presidente,

Considerando que a **Decisão n.º 109/2019, do TCDF**, refere-se a providências quanto as anulações anulações de contratos de adesão publicadas no DODF n.º 154, de 11.08.2017, há a necessidade de seja averiguada a competência para apuração de eventuais ilícitos administrativos, tendo em vista que o objeto principal das apurações envolve mais de uma Secretaria, no termos da LEI Nº 4.938, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012, que Dispõe sobre o Sistema de Correição do Distrito Federal — SICOR/DF, disciplina em seu art. 4º o que segue:

Art. 4º Compete ao órgão superior do sistema:

VI – avocar ou instaurar sindicância, procedimento de apuração e processo disciplinar, em razão:

b) da complexidade e relevância da matéria;

d) do envolvimento de servidores de mais de um órgão ou entidade;

Nesse sentido, nos parece haver o envolvimento de mais de uma Secretaria do GDF e de mais de um servidor de órgão do mesmo ente federativo. Portanto, é o caso de avocação necessária pela [Controladoria-Geral do Distrito Federal](#), órgão superior do SICOR/DF.

Por fim, **opina-se pelo envio dos autos à CGDF, para análise da avocação nos termos do art. 4º, da LEI Nº 4.938, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012.**

À consideração superior.

Daniel dos Santos Freitas

Analista de Transportes Urbanos



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DOS SANTOS FREITAS - Matr.0264209-3, Analista de Transportes Urbanos**, em 11/03/2021, às 12:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **57694779** código CRC= **21543712**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívica Administrativa - CEP 70075-900 - DF

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 57694779



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Comissão Permanente Disciplinar e Responsabilização de Fornecedores

Despacho - SEMOB/GAB/COPED

Brasília-DF, 11 de março de 2021.

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº XX, DE XX DE XXXX DE 2021

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 38.036, de 03 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Instaurar Procedimento de Investigação Preliminar - PIP, que visa apurar possíveis irregularidades e eventuais responsabilidades administrativo-disciplinares cometidas por servidor(a) na alteração ou não do cadastro relativo às permissões, que consta da Nota Técnica nº 75, do Processo n. 00090-00002242/2018-40, bem como proceder ao exame de outros documentos, fatos, ações e omissões que porventura se identifiquem no curso de seus trabalhos e que com elas guardem conexão.

Art. 2º Designar Luzia Noézia de Oliveira, matrícula nº 042.028-x, para conduzir os trabalhos e elaborar o relatório conclusivo.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para o desenvolvimento dos trabalhos e apresentação do relatório conclusivo.

Art. 4º Revoga-se a Portaria n.º 39, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

Ao Presidente da Comissão Permanente Disciplinar e de Responsabilização de Fornecedores - COPED,

Senhor Presidente,

Em atenção ao Despacho - SEMOB/GAB/COPED, 57690254, encaminhamos **Minuta de Portaria** que visa substituição da **Portaria n.º 39, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021**.

À consideração superior,

DANIEL DOS SANTOS FREITAS
Analista de Transportes Urbanos

De acordo,

Encaminhe-se à **ASSAD**.

Atenciosamente,

MAURÍCIO WAGNER ALVES DE SÁ
Presidente da Comissão Permanente Disciplinar
e de Responsabilização de Fornecedores
Mat. 092236-6



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO WAGNER ALVES DE SA - Matr.092236-6**,
Presidente da Comissão Permanente Disciplinar e de Responsabilização de Fornecedores, em
15/03/2021, às 12:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015,
publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **57698920** código CRC= **196C8270**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 57698920



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Comissão Permanente Disciplinar e Responsabilização de Fornecedores

Nota Técnica N.º 6/2021 - SEMOB/GAB/COPED

Brasília-DF, 15 de março de 2021.

Senhor Secretário,

Ofício n. 322/2018 – GP do TCDF, de 30/01/2018, encaminha decisão 109/2018 proferida pelo Tribunal, em análise ao processo n. 7332/2012, relativo ao cumprimento da decisão 1118/2015, nos seguintes termos:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício n.º 559/17 – GAB/Semob e anexos (fls. 691/710) e do Ofício SEI-GDF n.º 703/17 – SEF/GAB e anexos (fls. 711/728); II – considerar parcialmente atendido o item VI da Decisão n.º 1.118/15, reiterado pelo item II.a da Decisão n.º 863/16 e pelo item III da Decisão n.º 780/17; III – **determinar à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, conclua a instrução do Processo n.º 090.003.554/14 e informe ao Tribunal as providências adotadas e os resultados obtidos em decorrência das anulações de contratos de adesão publicadas no DODF n.º 154, de 11.08.17;** IV – autorizar o retorno dos autos à Seaud/TCDF, para os devidos fins.*

Por sua vez importante ressaltar que a Decisão 1118/2015 do TCDF, portanto anterior a decisão 119/2018, determinava a SEMOB em seu inciso VI:

(...)

VI – determinar à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal que, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 01/1994, adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas tendentes ao exato cumprimento da lei, consistente na anulação, com efeitos ex tunc, dos atos que transferiram as permissões de operação no STPC/DF às empresas Rápido Veneza Ltda., Condor Transportes Urbanos Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. e Expresso Riacho Grande Ltda., **bem como adote providências cabíveis quanto às implicações dessa anulação, tanto sobre as remunerações já concedidas às empresas supramencionadas, como também sobre aquelas que não de ser pagas até a completa entrega das linhas aos licitantes vencedores da Concorrência nº 01/2011-ST, dando ciência a esta Corte e à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal das providências adotadas e dos resultados obtidos, no mesmo período (Achado nº 03);**

Feitas várias diligências nos antigos setores do DFTRANS(DTE, DAF, UCBA) foi expedido Ofício n. 13/2018 pelo Diretor-Geral em que informa a SEMOB que o levantamento realizado pelas áreas técnicas do DFTRANS não conseguiram levantar os dados necessários para atendimento da determinação do TCDF contida na decisão 1118/2015.

Parecer n. 89/2018- SEMOB/AJL(9799266) ratificou a competência e responsabilidade do DFTRANS quanto a gestão do STPC/DF e sugerindo a expedição de ofício ao TCDF, visando a exclusão de responsabilidade da Autarquia quanto as providências determinadas na Decisão 1118/2015.

Relatório Final de Auditoria(ID 15422833) deu origem a toda a situação dos autos sendo que especificamente em relação ao objeto do presente processo vem tratado na seção 2.2.2 Achado de Auditoria n. – Fruição indevida do benefício fiscal instituído pela Lei 4242/2008(itens 75 a 141).

Consta do item 119 a causa dos ilícitos debatidos nos autos, senão vejamos:

“Causas - 119. Aponta-se como causa do achado a imprudência dos gestores da ST quando das análises dos requisitos legais que precederam as anuências às transferências de permissões do STPCDF para as empresas Rápido Veneza Ltda., Rota do Sol Transporte e Turismo Ltda. e Planalto Rio Preto Transportes Coletivos Ltda.”

Relativamente a apuração de responsabilidades pelos atos acima referenciados constou dos itens 127, 128 e 129 do Relatório do Final de Auditoria:

“127. Encaminhou-se à ST a Nota de Auditoria nº 16/7332/12 (fl. 232), a qual solicitou dessa Secretaria considerações a respeito do Achado de Auditoria nº 03, que seguiu em anexo (fls. 233/247), em atenção ao disposto no item 6.2 do Manual de Auditoria deste TCDF (parte geral)36.”

“128. Em resposta, a ST alegou que, conforme as apurações da Comissão de Sindicância, instaurada pela Portaria nº 07, de 30/01/2013, e cujos relatórios já foram deliberados pelo titular da Pasta, as transferências de permissão para operação no STPC/DF às empresas Rápido Veneza Ltda., Condor Transportes Urbanos Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda., e Expresso Riacho Grande Ltda. “foram realizadas à revelia da legislação de regência, o que poderá resultar na anulação dos reportados atos” (grifo nosso).”

“129. Noutro giro, a Pasta ressalva que os processos referentes às sindicâncias em tela foram encaminhados à STC, a fim de que se instaurem Processos Administrativos Disciplinares. “

“130. Por fim, a ST afirma que está no aguardo do posicionamento da STC a fim de iniciar, se for o caso, “o procedimento de anulação dos susoditos atos de transferência, que deverá abarcar os direitos à ampla defesa e contraditório”

Ainda em relação a responsabilização das pessoas que deram origem a aludida transferências irregulares de permissão nos itens 136 foi apresentada matriz de responsabilidade que, como dito acima, foi encaminhada a antiga Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF, para fim de abertura do procedimento administrativo disciplinar em desfavor do antigo Secretário da pasta ali indicado.

Por fim, no que se refere a Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal concluiu o relatório.

138. Sugere-se ao egrégio Plenário, com fulcro no art. 45 da Lei Complementar nº 01/1994, determinar à ST que, no prazo de 30 (trinta) dias, anule, com efeitos ex tunc, os atos que transferiram as permissões de operação no STPC/DF às empresas Rápido Veneza Ltda., Condor Transportes Urbanos Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. e Expresso Riacho Grande Ltda., **bem como adote providências cabíveis quanto às implicações dessa anulação, tanto sobre as remunerações já concedidas às empresas supramencionadas, como também sobre aquelas que não de ser pagas até a completa entrega das linhas aos licitantes vencedores da Concorrência nº 01/2011-ST, dando ciência a esta Corte e à SEF das providências adotadas e dos resultados obtidos, no mesmo período.**

Nota Técnica n. 75/2018(15463506) da Unidade de Controle Interno do DFTRANS apresenta valores gerais recebidos pelas empresas que tiveram os contratos de permissões anulados e conclui pela necessidade de oficiar a SEMOB e ao TCDF, em face dos resultados obtidos identificando os valores totais das operações durante o período das irregularidades apontadas.

Em resposta o TCDF em ofício 8394(32535669) prolatou a decisão n. 4091/2019 determinando: “conjuntamente a Secretaria de Estado e de Mobilidade do DF- SEMOB e ao DFTRANS a apresentação , perante este Egrégio Tribunal, de informação a respeito das providências adotadas e os resultados obtidos em decorrência das anulações de contrato de

adesão publicadas no DODF n. 154, de 11/08/2017, ou alternativamente, a indicação dos responsáveis que deveriam ter sob sua guarda as informações necessárias para o cumprimento da aludida decisão plenária.”

Diante da Decisão n. 4091/2019 os autos retornaram a Secretaria Executiva de Transportes visando:

“- Fornecimento do cálculo de estimativa de custo operacional ou o resgate dele pela Diretoria de Custos, Tarifas e Receitas dos custos operacionais realizados à época, tendo em vista o fato de que a atual Diretoria é resultado da transformação da Gerencia de Custos e Tarifas e esta gerencia ter dito que na época, no setor, eram feitos somente as estimativas de custos de forma geral, para todo o sistema. Porém, tais estimativas não foram apresentadas.”

Despacho encaminha os autos a COPED(34435649) visando a apuração do motivo pelo qual não foram alterados os cadastros quando da transferência dos contratos de Adesão da Empresa **VENEZA TRANSPORTES E TURISMO LTDA., CNPJ: 65.463.317/0003-71, para a empresa RÁPIDO VENEZA LTDA., CNPJ nº 05.405.194/0001-29**, bem como eventual desídia praticada pelos servidores incorrendo na mencionada situação.

Concomitantemente, os autos foram encaminhados a DITAR que juntou informações a respeito dos custos operacionais das empresas no período de apuração(35308862), bem como relatórios das empresas citadas no Relatório Final de Auditoria.

Instada a se manifestar, quanto a abertura de PAD(37525792), a Controladoria-Geral do Distrito Federal informou não ter localizado nenhum procedimento investigativo relativo ao processo n. 090-0003554/2014(40566163) e que o processo nunca foi encaminhado a CGDF com tal finalidade. NECESSIDADE DE ENCAMINHAMENTO – pad NA CONTROLADORIA PQ MAIS DE UMA SECRETARIA ENVOLVIDA.

Diante da provocação do Gabinete/SEMOB foi elaborada minuta de Portaria para instauração de processo administrativo disciplinar (E) encaminhada a assessoria técnica para publicação.

Relatório n. 17/2020 SEMOB/GAB/COPED(50918224) reafirma a necessidade da assessoria técnica dar andamento ao processo visto que a minuta perquerida fora enviada ao Gabinete em 1/09/2020.(verificar processo da PG se está atendida e se a minuta também foi juntada la).

Parecer 19/2021 – SEMOB/GAB/AJL(55577180), devidamente aprovado pela Chefia da AJL(55766640), saneia o processo e elenca uma série de providências que entende pertinentes relativamente ao caso tratado nos autos. As quais transcrevemos:

01- instauração de apuração disciplinar solicitada conforme a minuta de portaria "Despacho SEMOB/GAB/COPED 55766640", acaso completa, que pode ainda estar carente de acatamento por parte do Gabinete da Semob.

02- fornecimento de resposta mais completa à Corte de Contas no tocante aos registros financeiros não apenas em nome das cessionárias, mas também em nome das cedentes no período posterior à cessão;

03- cumprimento da recomendação da Coped de instauração de apuração disciplinar;

04- análise pela Coped quanto à viabilidade de instauração de Processo Administrativo de Fornecedores;

05- instauração de TCE;

06- envio do nome dos cargos e a lista dos seus ocupantes responsáveis pela não inibição da prática irregular das delegatárias e também (se for o caso) envio da lista dos ocupantes dos cargos responsáveis pelos registros financeiros exigíveis e eventualmente inexistentes;

07- acaso ainda não empreendido, demandar ao BRB que forneça as informações complementares às que ora dispomos.

Seguindo as recomendações da AJL foi publicada a portaria de instauração de PAD n. 39(55961196), de 09/02/2021, porém ao que se denota houve erro material no que pertine ao procedimento e objeto que se pretende investigar, razão pela qual o procedimento foi submetido a retificação.

Nota técnica 5/2021 – SEMOB/GAB/UCI(55961196) sugere a implementação de Medidas Administrativas Internas Anteriores à Tomada de Contas Especial, nos termos do artigo 9º com apuração Preliminar no setor de origem.

São esses os atos/fatos administrativos constantes dos autos.

Ab initio, os autos vieram a COPED para, segundo consta do Parecer n. 19/2021 – SEMOB/GAB/AJL(5557718):

01- instauração de apuração disciplinar solicitada conforme a minuta de portaria "Despacho SEMOB/GAB/COPED 44243560", acaso completa, que pode ainda estar carente de acatamento por parte do Gabinete da Semob.

...

03- cumprimento da recomendação da COPED de instauração de apuração disciplinar;

04- análise pela COPED quanto à viabilidade de instauração de Processo Administrativo de Fornecedores;

Relativamente ao item 01 e 03 tem-se que a recomendação fora atendida com a publicação da Portaria n. 39(44243560), de 09/02/2021. Entretanto, observando a Portaria publicada constatou-se erro material quanto ao procedimento instaurado e o objeto que destoa com o objeto determinado para apuração em despacho do Secretário da SEMOB(34435649).

Face tal irregularidade a COPED procedeu a adequação do procedimento com através de minuta eu será encaminhada com essa nota técnica para o Gabinete para publicação em cumprimento exato da determinação constante do despacho do Secretário(57698920). Vale ressaltar o entendimento particular do Presidente desta COPED de que tal Procedimento de Investigação Preliminar que visa apurar eventual omissão a época acontecida em uma das unidade do DFTRANS(*a apuração do motivo pelo qual não foram alterados os cadastros quando da transferência dos contratos de Adesão da Empresa **VENEZA TRANSPORTES E TURISMO LTDA., CNPJ: 65.463.317/0003-71, para a empresa RÁPIDO VENEZA LTDA., CNPJ nº 05.405.194/0001-29, bem como eventual desídia praticada pelos servidores incorrendo na mencionada situação***), mostra-se de pouca utilidade, bem como visa apurar eventuais fatos ou omissões que, efetivamente, devem estar prescritas, levando-se em conta a data das transferências das permissões.

No que pertine ao item 04 relativamente a viabilidade de instauração de procedimento administrativos de responsabilidade de fornecedores verifica-se que os fatos perpetrados pelas empresas de transferência de titularidade da permissão foram realizados, smj, em 2010/2011, portanto, data muito anterior a edição da Lei 12.846/2013 que entrou em vigor em 29/01/2014 não tendo aplicação no caso contrato.

Trata-se, pois, de aplicação do Princípio de Irretroatividade da Lei, visto que a época dos fatos não havia legislação a legislação supramencionada. Dessa forma, inaplicável ao caso *in concreto*.

Por fim, após compulsar detidamente os autos e verificar que o escopo de todo o procedimento é dar aplicação na SEMOB a determinação do TCDF contidas nas decisões decisão 1118/2015 e 119/2018 tem que o processo carece de efetividade, estando sendo discutidas questões de somenos importância dentro dos autos.

Com efeito, a iniciativa da SEMOB deve se ater ao disposto nas decisões 1118/2015 e 119/2018, nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício n.º 559/17 – GAB/Semob e anexos (fls. 691/710) e do Ofício SEI-GDF n.º 703/17 – SEF/GAB e anexos (fls. 711/728); II – considerar parcialmente atendido o item VI da Decisão n.º 1.118/15, reiterado pelo item II.a da Decisão n.º 863/16 e pelo item III da Decisão n.º 780/17; III – determinar à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, conclua a instrução do Processo n.º 090.003.554/14 e informe ao Tribunal as providências adotadas e os resultados obtidos em decorrência das anulações de contratos de adesão publicadas no DODF n.º 154, de 11.08.17; IV – autorizar o

retorno dos autos à Seaud/TCDF, para os devidos fins.

Por sua vez importante ressaltar que a Decisão 1118/2015 do TCDF, portanto anterior a decisão 119/2018, determinava a SEMOB em seu inciso VI:

(...)

VI – determinar à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal que, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 01/1994, adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas tendentes ao exato cumprimento da lei, consistente na anulação, com efeitos ex tunc, dos atos que transferiram as permissões de operação no STPC/DF às empresas Rápido Veneza Ltda., Condor Transportes Urbanos Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. e Expresso Riacho Grande Ltda., bem como adote providências cabíveis quanto às implicações dessa anulação, tanto sobre as remunerações já concedidas às empresas supramencionadas, como também sobre aquelas que não de ser pagas até a completa entrega das linhas aos licitantes vencedores da Concorrência nº 01/2011-ST, dando ciência a esta Corte e à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal das providências adotadas e dos resultados obtidos, no mesmo período (Achado nº 03);

Apesar das diligências realizadas nos autos no sentido de apuração dos dados das empresas que estavam a época a cargo do DFTRANS é fato que hoje tal responsabilidade é diretamente da SEMOB que assumiu a atividade após a extinção da autarquia nos termos do artigo 1º e 2º da Lei 6334/2019.

E, nesse sentido, cabe a SEMOB proceder a apuração e quantificação dos respectivos valores para eventual ressarcimento ao DF, decorrente da anulação das transferências das permissões tidas como ilegais.

Deste modo e diante da dificuldade de apuração dos valores recebidos à época pelas empresas deve-se a SEMOB instaurar, imediatamente, a Tomada de Contas Especial ressaltando que o Procedimento Preliminar se faz despiciendo, visto que a apuração preliminar antes determinada praticamente está completa nos autos pelas manifestações das unidades responsáveis pela guarda dos dados constantes dos autos e que até hoje não foi levada a efeito formalmente pelo setor competente.

Vale dizer que tal recomendação já consta dos autos em Parecer n. 19/2021 – SEMOB/GAB/AJL(5557718), item 5, do qual ratificamos o entendimento.

Assim, submeto o presente processo administrativo a Vossa Senhoria para conhecimento e adoção das medidas cabíveis relativas ao caso *in concreto*.

Atenciosamente.
março de 2021.

Brasília, 15 de

MAURÍCIO WAGNER ALVES DE SÁ
Presidente da Comissão Permanente Disciplinar
e de Responsabilização de Fornecedores
Mat. 092236-6



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO WAGNER ALVES DE SA - Matr.092236-6, Presidente da Comissão Permanente Disciplinar e de Responsabilização de Fornecedores**, em 15/03/2021, às 12:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **57884744** código CRC= **80E1F7B7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 57884744



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete
Assessoria Administrativa

Despacho - SEMOB/GAB/ASSAD

Brasília-DF, 15 de março de 2021.

À Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL,

Refere-se ao Despacho Singular nº 76/2021-GCRR (56291817, processo 00600-00001056/2021-46), procedente do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, por meio do qual foi concedido prazo adicional para atendimento da Decisão nº 3.736/2020 (47089935), transcrita abaixo, *in verbis*:

II - considerar não atendida a Decisão nº 4.091/2019; III - reiterar à Semob/DF o disposto no item I da Decisão nº 4.091/2019, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para o respectivo atendimento, alertando o titular daquela Pasta de que o não atendimento de diligência do Tribunal, sem causa justificada, pode ensejar a aplicação da multa prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/1994;

A Decisão nº 4.091/2019 (32535350), por seu turno, dispõe o seguinte:

I - considerar parcialmente cumprida a diligência contida na Decisão nº 109/2018, **determinando** conjuntamente à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB/DF e ao DFTRANS **a apresentação, perante este egrégio Tribunal, das informações a respeito das providências adotadas e os resultados obtidos em decorrência das anulações de contratos de adesão publicadas no DODF nº 154, de 11/8/2017, ou, alternativamente, a indicação dos responsáveis que deveriam ter sob sua guarda as informações necessárias par o cumprimento da aludida decisão plenária.** (Grifos acrescentados)

A esse respeito, a Comissão Permanente Disciplinar e de Responsabilização de Fornecedores - COPED emitiu a Nota Técnica N.º 6/2021 - SEMOB/GAB/COPED (57884744), propondo instauração de procedimento apuratório, nos termos da minuta de portaria (57698920), como forma de correção de erro material relativo ao Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº 39, de 09/02/2021.

Dessa forma, solicitamos os préstimos dessa douta Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL, no sentido de emitir opinativo, do ponto de vista jurídico, acerca da viabilidade de publicação da matéria proposta pela COPED, de forma a subsidiar posterior decisão da autoridade titular desta Pasta sobre o tema.

Esta Assessoria Administrativa agradece, desde já, pela atenção dispensada e se coloca à disposição para o fornecimento de esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

AMANDA SANCHES LIMA

Chefe da Assessoria Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA SANCHES LIMA - Matr.0278578-1, Chefe da Assessoria Administrativa**, em 16/03/2021, às 21:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756,



de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº _____, _____
feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **57945368** código CRC= **8C6A7F52**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívica Administrativa - CEP 70075-900 - DF

(61) 3313-5944

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 57945368



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Assessoria Jurídico-Legislativa

Parecer SEI-GDF n.º 47/2021 - SEMOB/GAB/AJL

Assunto: Decisão do TCDF n. 3.736/2020, do Processo TCDF nº 7.332/2012-e demandou apuração se analisa a publicação do objeto

EMENTA: ANÁLISE DE DESDOBRAMENTO DA DECISÃO N. 3.736/2020 DO TCDF. APURAÇÃO. ARRECADAÇÃO. REGISTRO CONTÁBIL DE CRÉDITOS DE ALGUMAS PERMISSONÁRIAS QUE SAÍRAM DO SISTEMA DFTRANS/SEMOB. OUTROS PONTOS.

1. RELATÓRIO

Trata o feito de nova manifestação desta AJL relativa à Decisão n. 3.736/2020 do Tribunal de Contas do DF, ora especificamente no tocante à "viabilidade de publicação da matéria proposta pela COPED, de forma a subsidiar posterior decisão da autoridade titular desta Pasta sobre o tema". Essa foi a demanda da Assad por meio do documento "Despacho SEMOB/GAB/ASSAD 57945368"

O cerne da Decisão é o desdobramento da anulação de permissões do STPC/DF em face de cessões tidas por irregulares pela Corte de Contas.

O feito, bastante complexo, vem instruído com muitos documentos e manifestações de variados setores.

É o relatório.

2. DA AVALIAÇÃO DA CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE

Inicialmente, cabe registrar que a avaliação da conveniência e oportunidade, são atos exclusivos da autoridade máxima do órgão, cabendo a esta Assessoria Jurídico-Legislativa tão somente a análise dos aspectos legais.

O parecer jurídico não é ato administrativo, e, portanto, não vincula a autoridade administrativa, que é quem possui o poder decisório, ou seja, esta pode ou não adotar a mesma opinião do parecerista. De qualquer modo, ao parecerista incumbe unicamente opinar, não sendo responsável por ordenar despesas, gerenciar, arrecadar, guardar ou administrar quaisquer bens ou valores públicos, afora, ainda, o fato de o presente opinativo não corresponder a um consultivo final, feito pela PGDF.

Nesse sentido, convém trazer à baila decisão do Supremo Tribunal Federal proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 24.073/DF, sob a relatoria do Ministro Carlos Velloso, que assim

se manifestou verbis:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE CONTAS. TOMADA DE CONTAS: ADVOGADO. PROCURADOR: PARECER. C.F., art. 70, parág. Único, art. 71, II, art. 133. Lei nº 8.906, de 1994, art. 2º, § 3º, art. 7º, art. 32, art. 34, IX.

– Advogado de empresa estatal que, chamado a opinar, oferece parecer sugerindo contratação direta, sem licitação, mediante interpretação da lei das licitações. Pretensão do Tribunal de Contas da União em responsabilizar o advogado solidariamente com o administrador que decidiu pela contratação direta: **impossibilidade, dado que o parecer não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa.** Celso Antônio Bandeira de Mello, ‘Curso de Direito Administrativo’, Malheiros Ed., 13ª d., p. 377.

II. – O advogado somente será civilmente responsável pelos danos causados a seus clientes ou a terceiros, se decorrentes de erro grave, inescusável, ou de ato ou omissão praticado com culpa, em sentido largo: Cód. Civil, art. 159; Lei 8.906/94, art. 32.

III. – Mandado de Segurança deferido.” (“DJ” 31.10.2003). (Grifo nosso).

Com efeito, a análise ora formulada restringe-se aos aspectos jurídico-formais.

3. FUNDAMENTAÇÃO

Retomamos ora todos os termos do "Parecer 19 (55577180)", inclusive porquanto ali manifestamos acerca da complexidade do processo e mesmo do assunto a que as decisões da Corte de Contas se reportam, após termos esclarecido vários pontos de confusão surgidos em toda a tramitação do feito e porquanto enumeramos vários pontos para efeito de sugestão que ainda pendentes. Esses pontos enumerados nesse parecer anterior foram:

- 01- instauração de apuração disciplinar solicitada conforme a minuta de portaria "Despacho SEMOB/GAB/COPED 44243560", acaso completa, que pode ainda estar carente de acatamento por parte do Gabinete da Semob.
- 02- fornecimento de resposta mais completa à Corte de Contas no tocante aos registros financeiros não apenas em nome das cessionárias, mas também em nome das cedentes no período posterior à cessão;
- 03- cumprimento da recomendação da Coped de instauração de apuração disciplinar;
- 04- análise pela Coped quanto à viabilidade de instauração de Processo Administrativo de Fornecedores;
- 05- instauração de TCE;
- 06- envio do nome dos cargos e a lista dos seus ocupantes responsáveis pela não inibição da prática irregular das delegatárias e também (se for o caso) envio da lista dos ocupantes dos cargos responsáveis pelos registros financeiros exigíveis e

A Assad, acolhendo e buscando dar andamento a todos esses pontos, remeteu o feito aos mais diversos setores por meio do documento "Despacho SEMOB/GAB/ASSAD 55768992". Esse documento também foi remetido à Coped com o seguinte comando:

"À Comissão Permanente Disciplinar e de Responsabilização de Fornecedores - COPED,

Para adoção de providências cabíveis com relação ao item 04 do rol de

recomendações contido no Parecer SEI-GDF n.º 19/2021 - SEMOB/GAB/AJL (55577180)."

Como resposta a Coped manifestou:

" Apesar das diligências realizadas nos autos no sentido de apuração dos dados das empresas que estavam a época a cargo do DFTRANS é fato que hoje tal responsabilidade é diretamente da SEMOB que assumiu a atividade após a extinção da autarquia nos termos do artigo 1º e 2º da Lei 6334/2019.

"E, nesse sentido, cabe a SEMOB proceder a apuração e quantificação dos respectivos valores para eventual ressarcimento ao DF, decorrente da anulação das transferências das permissões tidas como ilegais.

Deste modo e diante da dificuldade de apuração dos valores recebidos à época pelas empresas deve-se a SEMOB instaurar, imediatamente, a Tomada de Contas Especial ressaltando que o Procedimento Preliminar se faz despiciendo, visto que a apuração preliminar antes determinada praticamente está completa nos autos pelas manifestações das unidades responsáveis pela guarda dos dados constantes dos autos e que até hoje não foi levada a efeito formalmente pelo setor competente.

Vale dizer que tal recomendação já consta dos autos em Parecer n. 19/2021 – SEMOB/GAB/AJL(5557718), item 5, do qual ratificamos o entendimento.

Assim, submeto o presente processo administrativo a Vossa Senhoria para conhecimento e adoção das medidas cabíveis relativas ao caso in concreto".

Diante disso a Assad vem então, perante esta AJL, solicitar, *in verbis*:

"Refere-se ao Despacho Singular nº 76/2021-GCRR (56291817, processo 00600-00001056/2021-46), procedente do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, por meio do qual foi concedido prazo adicional para atendimento da Decisão nº 3.736/2020 (47089935), transcrita abaixo, *in verbis*:

II - considerar não atendida a Decisão nº 4.091/2019; III - reiterar à Semob/DF o disposto no item I da Decisão nº 4.091/2019, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para o respectivo atendimento, alertando o titular daquela Pasta de que o não atendimento de diligência do Tribunal, sem causa justificada, pode ensejar a aplicação da multa prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/1994;

A Decisão nº 4.091/2019 (32535350), por seu turno, dispõe o seguinte:

I - considerar parcialmente cumprida a diligência contida na Decisão nº 109/2018, determinando conjuntamente à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB/DF e ao DFTRANS a apresentação, perante este egrégio Tribunal, das informações a respeito das providências adotadas e os resultados obtidos em decorrência das anulações de contratos de adesão publicadas no DODF nº 154, de 11/8/2017, ou, alternativamente, a indicação dos responsáveis que deveriam ter sob sua guarda as informações necessárias par o cumprimento da aludida decisão plenária. (Grifos acrescentados)

A esse respeito, a Comissão Permanente Disciplinar e de Responsabilização de Fornecedores - COPED emitiu a Nota Técnica N.º 6/2021 - SEMOB/GAB/COPED (57884744), propondo instauração de procedimento apuratório, nos termos da minuta de portaria (57698920), como forma de correção de erro material relativo ao Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº 39, de 09/02/2021.

Dessa forma, solicitamos os préstimos dessa douta Assessoria Jurídica Legislativa - AJL, no sentido de emitir opinativo, do ponto de vista jurídico, acerca da viabilidade de publicação da matéria proposta pela COPED, de forma a subsidiar posterior decisão da autoridade titular desta Pasta sobre o tema.

Esta Assessoria Administrativa agradece, desde já, pela atenção dispensada e se coloca à disposição para o fornecimento de esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários."

A minuta em questão, a que a Coped se refere é a seguinte:

"PORTARIA Nº XX, DE XX DE XXXX DE 2021

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 38.036, de 03 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Instaurar Procedimento de Investigação Preliminar - PIP, que visa apurar possíveis irregularidades e eventuais responsabilidades administrativo-disciplinares cometidas por servidor(a) na alteração ou não do cadastro relativo às permissões, que consta da Nota Técnica nº 75, do Processo n. 00090-00002242/2018-40, bem como proceder ao exame de outros documentos, fatos, ações e omissões que porventura se identifiquem no curso de seus trabalhos e que com elas guardem conexão.

Art. 2º Designar Luzia Noézia de Oliveira, matrícula nº 042.028-x, para conduzir os trabalhos e elaborar o relatório conclusivo.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para o desenvolvimento dos trabalhos e apresentação do relatório conclusivo.

Art. 4º Revoga-se a Portaria n.º 39, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação."

Vale dizer, retomando o entendimento da Presidência a Coped, que em relação ao prejuízo financeiro faz-se necessário "instaurar, imediatamente, a Tomada de Contas Especial", daí se ter dito "ressalvando que o Procedimento Preliminar se faz despicendo". Realmente não poderia fazer às vezes da apuração do prejuízo, nem sequer se há indícios gerais de prejuízo misturados a eventual infração disciplinar porquanto tanto prejuízo, quanto infração restam evidentes, a começar pelo fato de que contratações irregulares e ou de fato, sem respaldo de licitação ensejam um pagamento a menor, apenas para evitar o enriquecimento indevido da Administração Pública, apenas indenizatório em relação ao particular.

Não obstante, cabe reforçar a necessidade de apuração disciplinar. A apuração disciplinar, como gênero, divide-se em sindicância e processo disciplinar. De nossa parte ainda acrescentamos nesse rol a apuração de eventual improbidade, muito embora ela tenha já um espectro um tanto mais amplo, que perpassa a esfera disciplinar mas vai além. Essa apuração disciplinar normalmente começa por uma sindicância e após manifestação conclusiva da comissão no sentido de ter havido a infração disciplinar e de já indicar o(s) suspeito(s)/envolvido(s), instaura-se o processo disciplinar (também conhecido como PAD). A LC n. 840/11, todavia, mediante algum bom e suficiente conjunto indiciário permite, mediante a confirmação da materialidade e de reais indícios de autoria, instaurar-se diretamente o processo disciplinar sem sequer ser necessária a sindicância prévia. Essa é a redação do art. 212, § 5º, da LC n. 840/11.

Nesse passo, o que seria a apuração preliminar? Segundo a própria legislação ela serve para checar denúncias anônimas. De nossa parte cremos que ela ainda possua outra finalidade, dessa vez mais ligada à autotutela administrativa e com esteio no resguardo do interesse público. Em todo caso, porém, a apuração preliminar (PIP) não é propriamente disciplinar, inclusive porquanto jamais ensejará punição, porquanto para tanto se demanda necessariamente sindicância ou processo disciplinar, isso é, no âmbito da LC n. 840/11.

Para efeito de se apurar ou não alguma infração, a própria legislação esciurece que a regra quase absoluta é a da apuração, apenas relativizando em caso de decisão sentença penal transitada em julgado que reconheceu a inexistência do fato ou a negativa da autoria. Afora isso, quando a infração estiver prescrita, ela pode ser apurada, contudo, não se pode instaurar o processo disciplinar (ou a sindicância punitiva), consoante o § 1º do art. 213 da referida legislação. O mesmo raciocínio ocorre em relação a "ato praticado com fundamento em lei ou regulamento posteriormente considerado inconstitucional pelo Poder Judiciário".

Em relação a isso que foi explicado no parágrafo anterior, de nossa parte ainda acrescentamos apenas que também não se apura noticiada infração que de forma legítima e exaustiva já tenha sido apurada e julgada, isso é, caso não surjam elementos probatórios novos.

Diante desse espectro e combinando com o que enumeramos no parecer anterior, acaso não tenha ocorrido apuração legítima e exaustiva das infrações, com o devido julgamento, então ela deverá ocorrer ora, todavia, sob a forma da sindicância.

Vale dizer, em nosso entendimento, as noticiadas infrações já restaram patentes, tanto que a Corte de Contas mandou anular a subconcessão/transferência da concessão, não importando a origem do ato, se pública ou privada. Foi registrado que houve pagamentos dos cofres públicos a terceiros. Portanto, entendemos que eventual apuração preliminar deve perfeitamente dar lugar à apuração disciplinar em si. E em nosso ver caberia tanto o processo disciplinar quanto a sindicância (se não houver risco de prescrição). Isso dizemos porque a materialidade já foi vergastada no âmbito da Corte de Contas e é incontestável. Inclusive, a começar pelo caso da empresa Veneza, percebe-se uma chance de algum tipo de manobra para atuar como uma nova pessoa jurídica, mas possivelmente dentro do mesmo grupo econômico, em detrimento da legítima licitação. A materialidade, portanto, é latente. De outra parte, no tocante aos indícios de autoria, temos que eles estão presentes, ainda que mediante possível participação indireta, omissiva, no ocorrido. Vejamos que qualquer pagamento público feito a CNPJ que não tenha sido regularmente contratado (a princípio mediante licitação), já é indício suficiente e os registros dos responsáveis devem constar dos sistemas informatizados e a competência em boa medida é regimental. Em outras palavras, temos que os pagamentos são todos documentados e há sempre competências regimentais, no mínimo, no tocante a esse tipo de gestão mínima, essencial, no STPC-DF, afinal, quem efetivamente presta o serviço é informação fundamental, é a base e o princípio e a legislação não admitia jamais a falta de acompanhamento devido.

Todavia, em virtude de a sindicância costumar ter mais liberdade no sentido de delimitar o âmbito infracional, definindo o que é infração e o que não é, isso, porém, à luz da legislação, esclarecendo eventuais prescrições, bem como alcançando eventual responsabilidade do âmbito hierárquico inferior àquele regimental, por tudo isso é que a sindicância poderia ser recomendável, acaso não identifiquem risco iminente de prescrição.

Assim, entendemos que seja discricionário escolher entre instaurar sindicância ou até mesmo o processo disciplinar, sem se perder de vista a preocupação com possíveis e eventuais prescrições, para efeito de se optar ela instauração de sindicância, que se mostra, a priori, tecnicamente mais apropriada. Instaurar, todavia, um procedimento apuratório preliminar pode significar mais gasto de tempo. A sindicância seria mais efetiva e um passo à frente.

Ainda em tempo, ressaltamos, acerca do que nos foi demandado que a análise em curso no presente opinativo se restringe aos aspectos jurídicos e que não são vinculantes, não apresentando qualquer tipo de ingerência na discricionariedade dos gestores, inclusive não exaurindo outras possibilidades de consultas que se fizerem necessárias.

4. CONCLUSÃO

Pelo exposto, manifestamos que a apuração preliminar não é a mais apropriada ao conjunto de indícios e de materialidade evidente, como ocorre no caso concreto. Também sugerimos o pedido de prorrogação, em virtude do vencimento do prazo concedido na Corte de Contas.

É a manifestação que se submete à apreciação superior, s.m.j.

Brasília, 22 de março de 2021.

Paulo Augusto Duarte Firmino

Matrícula: 263.969-6



Documento assinado eletronicamente por **PAULO AUGUSTO DUARTE FIRMINO - Matr.0263969-6, Analista de Transportes Urbanos**, em 22/03/2021, às 17:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **58329040** código CRC= **0EE1202E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

613313-5961

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 58329040



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL
Assessoria Jurídico-Legislativa

Cota de Aprovação - SEMOB/GAB/AJL

APROVO o Parecer SEI-GDF n.º 047/2021 - SEMOB/GAB/AJL exarado pelo servidor Paulo Augusto Duarte Firmino.

Trata-se de manifestação relativa à Decisão n. 3.736/2020 do Tribunal de Contas do DF, ora especificamente no tocante à *"viabilidade de publicação da matéria proposta pela COPED, de forma a subsidiar posterior decisão da autoridade titular desta Pasta sobre o tema"*.

O cerne da referida decisão é o desdobramento da anulação de permissões do STPC/DF em face de cessões tidas por irregulares pela Corte de Contas.

Cumprido frisar que a aludida decisão do e.TCDF já foi objeto de análise pretérita desta unidade jurídica. Naquela ocasião, foi emitido o Parecer SEI-GDF n.º 19/2021 - SEMOB/GAB/AJL (DOC SEI nº 55577180), com a respectiva Cota de Aprovação (DOC SEI nº 55766640), com diversas recomendações extremamente pertinentes com relação ao cumprimento da decisão da Corte de Contas Distrital.

Os autos retornam com as alegadas providências adotadas, entre elas a minuta de portaria proposta pela COPED no sentido de se instaurar **Procedimento de Investigação Preliminar - PIP**, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades e eventuais responsabilidades administrativo-disciplinares cometidas por servidor(a), bem como proceder ao exame de outros documentos, fatos, ações e omissões que porventura se identifiquem no curso de seus trabalhos e que com elas guardem conexão.

Quanto à viabilidade de instauração de PIP, cumpre frisar que as noticiadas infrações já restaram patentes, tanto que a Corte de Contas mandou anular a subconcessão/transferência da concessão, não importando a origem do ato, se pública ou privada.

Foi registrado que houve pagamentos dos cofres públicos a terceiros. Portanto, entendemos que eventual apuração preliminar deve perfeitamente dar lugar à apuração disciplinar em si.

Nessa esteira, **trata-se de decisão discricionária escolher entre instaurar sindicância ou até mesmo o processo disciplinar, sem se perder de vista a preocupação com possíveis e eventuais prescrições, para efeito de se optar pela instauração de sindicância, que se mostra, a priori, tecnicamente mais apropriada.**

Ante análise exarada, opino no sentido de que a apuração preliminar não é a mais apropriada ao conjunto de indícios e de materialidade evidente, como ocorre no caso concreto.

Ademais, sugiro pedido de prorrogação, em virtude do vencimento do prazo concedido na Corte de Contas.

Ressalto que a manifestação jurídica se esgota com a emissão do aludido parecer, restando, conforme evidenciado, **sugeridas alterações significativas à minuta apresentada.**

Reforço que a adoção, efetivação ou não dessas recomendações estão na órbita de competências administrativas do gestor público e a conferência da adoção das medidas recomendadas não se trata de questão jurídica controvertida, não necessitando, portanto, que os autos retornem a esta AJL para conferência das alterações sugeridas.

Restituam-se os autos à ASSAD para ciência e providências cabíveis.

JULIO CESAR BARBOSA MELO
Procurador Federal
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR BARBOSA DE MELO - Matr.0270591-5, Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa**, em 23/03/2021, às 18:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=58519146 código CRC= **2633EB0E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

613313-5961

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 58519146



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete
Assessoria Administrativa

Despacho - SEMOB/GAB/ASSAD

Brasília-DF, 23 de março de 2021.

URGENTE

À Comissão Permanente Disciplinar e Responsabilização de Fornecedores (COPED),

Em atenção à Nota Técnica N.º 6/2021 - SEMOB/GAB/COPED (57884744), por meio da qual é proposta a instauração de Procedimento de Investigação Preliminar, restituímos os presentes autos, para conhecimento das recomendações emitidas pela Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL, constante no Parecer SEI-GDF n.º 47/2021 - SEMOB/GAB/AJL (58329040), e Cota de Aprovação (58329040).

Considerando o exíguo prazo para o encaminhamento das informações ao Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, solicitamos que as diligências sejam realizadas com a brevidade que o caso requer.

Atenciosamente,

AMANDA SANCHES LIMA

Chefe da Assessoria Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA SANCHES LIMA - Matr.0278578-1, Chefe da Assessoria Administrativa**, em 23/03/2021, às 19:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **58533588** código CRC= **98E35951**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívica Administrativa - CEP 70075-900 - DF

(61) 3313-5944



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Assessoria Administrativa

Despacho - SEMOB/GAB/ASSAD

Brasília-DF, 23 de março de 2021.

Ao Gabinete,

Reportamo-nos ao Despacho Singular nº 76/2021-GCRR (56291817), enviado a esta Pasta por meio do Processo 00600-00001056/2021-46), procedente do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, por meio do qual foi concedido prazo adicional para atendimento da Decisão nº 3.736/2020 (47089935), para solicitar a dilação do prazo por mais 30 (trinta) dias para a finalização das diligências, com o objetivo de atender na integralidade a Decisão dessa Corte de Contas.

São os termos em que pedimos deferimento, permanecendo esta Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

AMANDA SANCHES LIMA

Chefe da Assessoria Administrativa

MINUTA DE OFÍCIO

Senhor Presidente,

Reportamo-nos ao Despacho Singular nº 76/2021-GCRR (56291817), enviado a esta Pasta por meio do Processo 00600-00001056/2021-46), procedente do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, por meio do qual foi concedido prazo adicional para atendimento da Decisão nº 3.736/2020 (47089935), para solicitar a dilação do prazo por mais 30 (trinta) dias para a finalização das diligências, com o objetivo de atender na integralidade a Decisão dessa Corte de Contas.

São os termos em que pedimos deferimento, permanecendo esta Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

Secretário de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal

A Sua Excelência o Senhor

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Brasília/DF

Sendo o que se apresenta, esta Assessoria Administrativa permanece à disposição.

Atenciosamente,

AMANDA SANCHES LIMA

Chefe da Assessoria Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA SANCHES LIMA - Matr.0278578-1, Chefe da Assessoria Administrativa**, em 24/03/2021, às 10:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:



[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **58534652** código CRC= **4EE57748**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

(61) 3313-5944

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 58534652



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO
DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 878/2021 - SEMOB/GAB

Brasília-DF, 24 de março de 2021.

Senhor Presidente,

Reportamo-nos ao Despacho Singular nº 76/2021-GCRR (56291817), enviado a esta Pasta por meio do Processo 00600-00001056/2021-46), procedente do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, por meio do qual foi concedido prazo adicional para atendimento da Decisão nº 3.736/2020 (47089935), para solicitar a dilação do prazo por mais 30 (trinta) dias para a finalização das diligências, com o objetivo de atender na integralidade a Decisão dessa Corte de Contas.

São os termos em que pedimos deferimento, permanecendo esta Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

Secretário de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal

A Sua Excelência o Senhor
PAULO TADEU VALE DA SILVA
Presidente
Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Brasília/DF



Documento assinado eletronicamente por **VALTER CASIMIRO SILVEIRA Matr.273481-8, Secretário(a) de Estado de Transporte e Mobilidade**, em 25/03/2021, às 09:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **58559555** código CRC= **5243E6D4**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF
613313-5954
Site: - www.semob.df.gov.br



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Comissão Permanente Disciplinar e Responsabilização de Fornecedores

Nota Técnica N.º 7/2021 - SEMOB/GAB/COPED

Brasília-DF, 24 de março de 2021.

Senhor Secretário,

Despacho da ASSAD(58533588) encaminha novamente os autos a COPED para conhecimento do Parecer e 47/2021 – SEMOB/GAB/AJL(58329040) e Cota de Aprovação(58329040).

Ab initio é de se informar que o procedimento adotado nos autos, ante o envolvimento de vários setores se tornou um quanto complexo, demandando maior cuidado na análise de suas proposições, visando evitar a perda do foco e conferir mais efetividade ao processo.

Vale mencionar que o Secretário de Estado de Transporte e Mobilidade está na iminência de sofrer penalidade do TCDF(Decisão 3736/2020 – 47089935), ante a ausência de medidas efetivas que viessem dar cumprimento as decisões citadas na Nota Técnica 6/2021 – SEMOB/GAB/COPED(57884744).

Apesar de não estar diretamente ligada a competência da COPED e visando preservar o Secretário da SEMOB de eventual penalidade aplicada pela Corte de Contas(Decisão TCDF 3.736/2020 - 47089935) entendemos ser de urgência a adoção da medida constante do item 5 do Parecer n. 19/2021 – SEMOB/GAB/AJL(instauração de Tomada de Contas Especial).

Prosseguindo a análise. Despacho anterior da ASSAD(57945368) ao receber a Nota Técnica 6/2021 – SEMOB/GAB/COPED encaminhou os autos a AJL para análise da minuta de Portaria para instauração de Procedimento de Investigação Preliminar(57698920) em

substituição a anterior que continha erro material.

Infere o parecer ao analisar a minuta de Procedimento de Apuração Preliminar sugerido pela COPED, em substituição a primeira Portaria que continha erro material que, o procedimento mais adequado seria a instauração de uma sindicância pugnando pela retificação da minuta em comento.

Ocorre que ao analisar os fundamentos do Parecer 47/2021 – SEMOB/GAB/AJL(58329040) observamos **total dissenso em relação aos termos do Parecer 19/2021-SEMOB/GAB/AJL(55577180)**, vez que conclui pela abertura de sindicância, contudo, ao que podemos notar, com o objeto diferente do que se pretende com a minuta levada a análise da AJL(57698920).

É que a minuta levada a efeito à análise da AJL, diz respeito apenas ao fato determinado pelo Secretário de Estado de Transporte e de Mobilidade do DF em despacho(34435649) que **determinou a abertura de procedimento para apuração de fato específico, decorrente dos desdobramentos que a apuração dos valores auferido irregularmente pela empresas realizadas no processo.**

Não houve, propriamente, determinação de abertura e/ou apuração dos ilícitos que culminaram na transferência ilegal das permissões para as empresas citadas, no Termos de Anulação de Transferência, publicado no DODF n. 154, p. 49/50, de 11/08/2017.

E tal apuração não foi realizada devido as apurações, segundo consta dos autos, terem ficado a cargo da antiga Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF, atual CGDF.

Observe-se o que consta da Nota Técnica 6/2021 – SEMOB/GAB/COPED(57884744):

“Relatório Final de Auditoria(15422833) deu origem a toda a situação dos autos sendo que especificamente em relação ao objeto do presente processo vem tratado na seção 2.2.2 Achado de Auditoria n. – Fruição indevida do benefício fiscal instituído pela Lei 4242/2008(itens 75 a 141).

Consta do item 119 a causa dos ilícitos debatidos nos autos, senão vejamos:

“Causas - 119. Aponta-se como causa do achado a imprudência dos gestores da ST quando das análises dos requisitos legais que precederam as anuências às transferências de permissões do STPCDF para as empresas Rápido Veneza Ltda., Rota do Sol Transporte e

Turismo Ltda. e Planalto Rio Preto Transportes Coletivos Ltda.”

Relativamente a apuração de responsabilidades pelos atos acima referenciados constou dos itens 127, 128 e 129 do Relatório do Final de Auditoria:

“127. Encaminhou-se à ST a Nota de Auditoria nº 16/7332/12 (fl. 232), a qual solicitou dessa Secretaria considerações a respeito do Achado de Auditoria nº 03, que seguiu em anexo (fls. 233/247), em atenção ao disposto no item 6.2 do Manual de Auditoria deste TCDF (parte geral)36.”

“128. Em resposta, a ST alegou que, conforme as apurações da Comissão de Sindicância, instaurada pela Portaria nº 07, de 30/01/2013, e cujos relatórios já foram deliberados pelo titular da Pasta, as transferências de permissão para operação no STPC/DF às empresas Rápido Veneza Ltda., Condor Transportes Urbanos Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda., e Expresso Riacho Grande Ltda. “foram realizadas à revelia da legislação de regência, o que poderá resultar na anulação dos reportados atos” (grifo nosso).”

“129. Noutro giro, a Pasta ressalva que os processos referentes às sindicâncias em tela foram encaminhados à STC, a fim de que se instaurem Processos Administrativos Disciplinares. “

“130. Por fim, a ST afirma que está no aguardo do posicionamento da STC a fim de iniciar, se for o caso, “o procedimento de anulação dos susoditos atos de transferência, que deverá abarcar os direitos à ampla defesa e contraditório”

Ainda em relação a responsabilização das pessoas que deram origem a aludida transferências irregulares de permissão nos itens 136 foi apresentada matriz de responsabilidade que, como dito acima, foi encaminhada a antiga Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF, para fim de abertura do procedimento administrativo disciplinar em desfavor do antigo Secretário da pasta ali indicado.

Por fim, no que se refere a Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal concluiu o relatório.

138. Sugere-se ao egrégio Plenário, com fulcro no art. 45 da Lei Complementar nº 01/1994, determinar à ST que, no prazo de 30 (trinta) dias, anule, com efeitos ex tunc, os atos que transferiram as permissões de operação no STPC/DF às empresas Rápido Veneza Ltda., Condor Transportes Urbanos Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. e Expresso Riacho Grande Ltda., bem como adote providências cabíveis quanto às implicações dessa anulação, tanto sobre as remunerações já concedidas às empresas supramencionadas, como também sobre aquelas que hão de ser pagas até a completa entrega das linhas aos licitantes vencedores da Concorrência nº 01/2011-ST, dando ciência a esta Corte e à SEF

das providências adotadas e dos resultados obtidos, no mesmo período.

Ao nosso sentir sobre a referida apuração cabe a SEMOB proceder a digitalização dos autos processo n. 090-0003554/2014(40566163) e encaminhá-lo a Controladoria Geral do DF, instando a pasta quanto a abertura do Procedimento de Disciplinar naquela unidade. Ressalvando que já consta dos autos matriz de responsabilidade item 136 do Relatório de Auditoria que indica eventual responsabilidade de Secretário de Estado de Transporte da época, bem como ilícitos apurados envolvendo mais de uma Secretaria de Estado.

Com efeito, em relação a minuta apresentada, ousamos discordar da AJL, visto que o objeto de apuração é outro, contido no despacho de determinação do Secretário da SEMOB(34435649), estando pois, em consonância com o Parecer n. 19/2021 – SEMOB/GAB/AJL, item 01.

Assim, reitera-se a Nota Técnica 6/2021 – SEMOB/GAB/COPED(57884744) sugerindo a adoção dos seguintes procedimentos:

a) com urgência, instauração de Tomada de Contas Especial para atendimento as decisões anteriores do TCDF;

b) publicação da minuta de portaria determinada pelo Secretario SEMOB(57698920);

c) proceder a digitalização dos autos processo n. 090-0003554/2014(40566163) e encaminhá-lo a Controladoria Geral do DF, instando a pasta quanto a abertura do Procedimento de Disciplinar naquela Unidade, quanto ao objeto principal da decisão do TCDF, caso não tenha ocorrido prescrição. Ressalvando que já consta dos autos matriz de responsabilidade item 136 do Relatório de Auditoria que indica eventual responsabilidade de Secretário de Estado de Transporte da época, bem como ilícitos apurados envolvendo mais de uma Secretaria de Estado.

Assim, submeto o presente processo administrativo a Vossa Senhoria para conhecimento e adoção das medidas cabíveis relativas ao caso *in concreto*.

Atenciosamente.

Brasília, 24 de março de 2021.

MAURÍCIO WAGNER ALVES DE SÁ
Presidente da Comissão Permanente Disciplinar
e de Responsabilização de Fornecedores
Mat. 092236-6



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO WAGNER ALVES DE SA - Matr.092236-6, Presidente da Comissão Permanente Disciplinar e de Responsabilização de Fornecedores**, em 24/03/2021, às 12:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **58573674** código CRC= **3E5146B5**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 58573674



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Assessoria Administrativa

Despacho - SEMOB/GAB/ASSAD

Brasília-DF, 24 de março de 2021.

DESPACHO

URGENTE

Considerando os termos Nota Técnica n.º 7/2021 - SEMOB/GAB/COPED ratifica entendimento exarado no Parecer 19/2021 - SEMOB/GAB/AJL, ratificado pela Nota Técnica 06 Nota Técnica n.º 7/2021 - SEMOB/GAB/COPED no sentido de tomar providências urgentes face a última decisão do TCDF 3.736/2020 – (47089935).

Determino:

1) O encaminhamento dos autos a Unidade de Controle Interno para instauração imediata de Tomada de Contas Especial, levando-se em consideração todos os dados relativos a remuneração das empresas já colhidos nos autos, bem como os fatos apurados no Relatório de Auditoria (15422833) constante dos autos.

2) Publicação da minuta de Procedimento de investigação preliminar(34435649, 57698920) em substituição a anterior face o erro material apurado pela COPED.

3) Expedição de memorando determinando a digitalização dos autos do processo n. 090-0003554/2014(40566163) e posterior encaminhamento a Controladoria-Geral do DF, instando a pasta quanto a abertura do procedimento de disciplinar naquela unidade, quanto ao objeto principal da Decisão do TCDF, caso não tenha ocorrido prescrição(citando ofício anterior).

Importante mencionar, que já consta dos autos matriz de responsabilidade item 136 do Relatório de Auditoria que indica eventual responsabilidade de Secretário de Estado de Transporte da época, bem como ilícitos apurados envolvendo mais de uma Secretaria de Estado.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

Secretário de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívica Administrativa - CEP 70075-900 - DF

(61) 3313-5944



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete
Assessoria Administrativa

Despacho - SEMOB/GAB/ASSAD

Brasília-DF, 24 de março de 2021.

À Gerência de Documentação e Arquivo,

Considerando o disposto na Nota Técnica N.º 7/2021 - SEMOB/GAB/COPED, que recomenda a digitalização dos autos do Processo n. 090-0003554/2014 e seu encaminhamento à Controladoria Geral do Distrito Federal-CGDF, a fim de possibilitar a abertura do Procedimento de Disciplinar naquela unidade, conforme Ofício N.º 33/2020 - CGDF/SUCOR (40566163);

Considerando que os autos do referido Processo, conforme consulta ao SICOPWeb encontram-se arquivados nessa Gerência;

Encaminho os autos para providências no sentido de promover a digitalização do processo referenciado, bem como sua conversão em Processo SEI e submissão a esta Assessoria Administrativa, com vistas a viabilizar o acesso à matéria pela CGDF.

Atenciosamente,

AMANDA SANCHES LIMA

Chefe da Assessoria Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA SANCHES LIMA - Matr.0278578-1, Chefe da Assessoria Administrativa**, em 24/03/2021, às 14:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **58582417** código CRC= **54C8DADC**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívica Administrativa - CEP 70075-900 - DF

(61) 3313-5944

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 58582417



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Unidade de Controle Interno

Nota Técnica N.º 52/2021 - SEMOB/GAB/UCI

Brasília-DF, 25 de março de 2021.

Ao Chefe de Gabinete.

Senhor Chefe,

Trata-se de reiteração da Nota Técnica 6/2021 – SEMOB/GAB/COPED (57884744) que sugeriu a instauração de Tomada de Contas Especial para atendimento as decisões anteriores do TCDF.

É o breve relato.

Compulsando os autos, notamos que, em que pese a conclusão de necessidade de apuração dos valores e responsáveis pelo suposto prejuízo, sua cobrança administrativa, determinada no art. 9º e 10, da IN nº 04/2016 - CGDF, não foi implementada, conforme sugerido na Nota Técnica N.º 5/2021 - SEMOB/GAB/UCI (55961196).

Acontece que a TCE é processo custoso e moroso, motivo pelo qual editou-se os arts. 9º e seguintes na IN nº 04/2016 - CGDF, com o fito de tornar mais celere e econômica a cobrança de eventuais prejuízos.

Destarte, em que pese as sugestões de abertura de TCE, reiteremos a necessidade de serem implementadas as medidas administrativas anteriores a instauração de TCE, nos termos do art. 9º e seguintes, da IN nº 04/2016 - CGDF, pelo Setor onde ocorreu o prejuízo.

O feito trata de concessões e foi, após a confecção da Nota Técnica N.º 5/2021 - SEMOB/GAB/UCI (55961196), encaminhado para a Subsecretaria de Parcerias e **Concessões**, que por sua vez, sob o argumento de "nunca foi atribuída nenhuma competência relacionada ao assunto em pauta".

Desta feita, sugerimos que esse Gabinete encaminhe o feito para o setor que atualmente detenha a competência sobre as concessões para que implemente as "Medidas Administrativas Internas Anteriores à Instauração da Tomada de Contas Especial, conforme prevê o art. 9º, da IN nº 04/2016 - CGDF, *in verbis*:

"Art. 9º A instauração de tomada de contas especial é medida de exceção, devendo ocorrer somente depois de esgotadas as providências administrativas visando à regularização e ao ressarcimento pretendidos, na forma desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. São consideradas medidas administrativas internas as diligências, as notificações, as comunicações, as sindicâncias ou outros procedimentos, devidamente formalizados, destinados a promover o ressarcimento do dano ao erário."

Ressalte-se que o setor deverá efetivar principalmente as descritas no art. 10, da IN nº 04/2016 - CGDF, *in verbis*:

"Art. 10. A autoridade administrativa do setor onde ocorrer qualquer fato ensejador de tomada de contas especial deverá, preliminarmente, determinar medidas objetivando o ressarcimento do dano ou a regularização da situação, mediante a designação de servidor ou empregado, a quem incumbe:

I - solicitar a autuação de processo específico;

II - especificar as irregularidades ensejadoras do prejuízo ao erário;

III - quantificar e atualizar o dano, segundo as normas aplicáveis;

IV - identificar os responsáveis;

V - expedir notificação prévia, no prazo improrrogável de cinco dias, para comparecimento do responsável com vistas ao estabelecimento do termo de composição do acordo ou a declaração da recusa em reparar o dano; e

VI - submeter as conclusões à autoridade administrativa competente para homologação da proposta e formalização da composição ou, ainda, para decidir quanto a instauração da tomada de contas especial."

Nesta linha, sugerimos, ainda, tão logo a medida do inciso I, do art. *supra* seja implementada, que esse Gabinete oficie ao TCDF informando a autuação do processo administrativo de apuração e cobrança.

Em tempo, salientamos que, em caso de discordância, retorne-se o feito para imediata confecção da minuta de portaria para instauração da TCE.

À consideração superior.

Respeitosamente,

LUIZ ROBERTO MADUREIRA LEONEL

Matrícula 194.988-8



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO MADUREIRA LEONEL**, **8, Técnico(a) de Transportes Urbanos**, em 25/03/2021, às 09:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **58642852** código CRC= **B8778EFD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075900 - DF

613313-5976

00090-00002242/2018-40

Doc. SEI/GDF 58642852